



Segurança Nacional e Autonomia Tecnológica – o avanço do Serviço Nacional de Informações sobre o campo da Informática brasileira (1978-1980)

Marcelo Vianna¹

A Secretaria Especial de Informática é um SNI do novo tipo, a nova salvaguarda contra os ataques da própria revolução tecnológica, social e política que se processa no Brasil e no mundo. Ela atualiza e diversifica o regime autoritário, insuflando a burocracia de si mesma, para sustentar melhor os sonhos faraônicos dos militares e da burguesia, a reboque. (Tribuna da Imprensa, 05.02.1980).

O processo de intervenção realizado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) no campo da Informática brasileira entre os anos de 1978 e 1980 teve como principal efeito afastar os condutores da Política Nacional de Informática (PNI) através da criação de um novo órgão gestor, a Secretaria Especial de Informática (SEI).² Até então, os agentes conhecidos como “técnicos nacionalistas frustrados”, “barbudinhos” ou “guerrilheiros tecnológicos”³ (ADLER, 1987; EVANS, 1986; DANTAS, 1988), a partir de uma “Autonomia Inserida” (EVANS, 1995) realizada pela ocupação de órgãos estatais (especialmente a Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico – CAPRE)⁴ e mobilização de apoiadores (comunidade técnico-científica, tecnocratas, empresários, jornalistas) em prol da autonomia tecnológica⁵, conseguiram coordenar o nascimento de uma indústria nacional de computadores e periféricos, que em 1979 responderia por 23% (190 milhões de dólares) da receita total do mercado computacional do país.⁶

Tal intervenção foi um dos pontos de inflexão da História da Informática brasileira: para Ivan da Costa Marques, um dos principais líderes da “guerrilha tecnológica” e destacado artífice da PNI, tratou-se da ascensão de um “grupo oportunista de agentes da polícia política”

¹ Doutorando em História PUCRS/CNPq; integrante Laboratório de História Comparada do Cone Sul.

² Criada pelo Decreto n.º 84.067, de 08.10.1979.

³ Tratava-se de um grupo que em sua maioria havia feito pós-graduações no Exterior e ao regressar, mostravam sua insatisfação com as condições tecnológicas do país, procurando um caminho para superação. Entre os “guerrilheiros”, estavam Ricardo Saur (secretário-executivo da CAPRE), Mário Dias Ripper (Serpro), Luiz de Castro Martins (CAPRE), Mário Telles Ribeiro (Serpro), Ivan da Costa Marques (Digibrás/CAPRE).

⁴ Criada pelo Decreto n.º 70.370, de 05.04.1972; reestruturada pelo Decreto n.º 77.118, de 09.02.1976.

⁵ A CAPRE fomentou espaços para discussão que contribuíram para o debate sobre a PNI: Seminário de Computação na Universidade (SECOMU), Seminário de Entidades de Coordenação de Processamento de Dados (SECOP), Seminário Integrado de Software e Hardware Nacionais (SEMISH). A CAPRE também participava das Conferências Nacionais de Processamento de Dados (CNPD) organizados pela Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários (SUCESU). Esses espaços contribuíram para formar uma série de entidades, como Associação dos Profissionais de Processamento de Dados (APPD), Sociedade Brasileira de Computação (SBC) e Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos (Abicom).

⁶ Boletim Informativo SEI – Edição Especial – Abril/1986.

que eliminou “etos democrático da origem da PNI” nacionalista praticado por uma comunidade técnico-científica engajada e, por isso, suspeita (MARQUES, 2012). Contudo, o que levou o SNI a se aproximar e assumir o protagonismo do campo da Informática? Que recursos foram mobilizados? Isso traz a necessidade de se explorar a questão para além da sua dimensão repressiva (LAGOA, 1983; FICO, 1995; MATHIAS, 2012). Diferente dos exemplos da Argentina (BABINI, 2003) e do Chile (MEDINA, 2012), que viram seus esforços autonomistas no campo da Informática dispersados pelos militares, a intervenção no caso brasileiro não solapou a PNI nacionalista, mas assumiu seu controle (TAPIA, 1995). Para isso, o SNI foi capaz de operar ações tecnopolíticas, ou seja, combinar recursos técnicos e políticos para desmontar a rede da “guerrilha tecnológica” até então muito bem estabelecida no campo da Informática⁷, produzir expedientes investigativos “técnicos” a partir de levantamentos sobre a situação da Informática no país e estabelecer como mandatários do campo, ainda que tivessem de se criar um novo órgão para isso.

I

Não era uma novidade o envolvimento dos militares no campo tecnológico. O interesse foi construído pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG) (OLIVEIRA, 1987) e pela concentração de *expertises* na área de Eletrônica e Telecomunicações, a partir da constituição de espaços de saberes próprios, como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Instituto Militar de Engenharia (IME) e Centro de Pesquisas da Marinha (CPqM) (ADLER, 1987; LANGER, 1989). Isso legitimava uma preocupação, em nome da Segurança Nacional⁸, sobre a incipiente indústria nacional de componentes eletrônicos e o forte domínio das empresas transnacionais no mercado computacional do país, sobretudo a IBM. Ao compreenderem tecnologia como essencial para “aumentar a capacidade competitiva de uma Nação no âmbito internacional” (ESG, 1975,

⁷ Em nossas pesquisas, interpretamos o campo da Informática brasileira como um espaço social no qual comunidade técnico-científica, órgãos governamentais, empresas, associações, tecnologias e políticas encontravam em permanente disputa por sua primazia (BOURDIEU, 2001), aplicando seus recursos (expertises, poderes) disponíveis para instituir suas ações tecnopolíticas (HECHT, 2001) a fim de legitimar suas posições, podendo para isso constituir redes (alianças), por vezes, instáveis.

⁸ “A segurança nacional passa a ser vista como uma espécie de coeficiente de garantia estatal para a consecução dos objetivos nacionais. Toda a vida estatal e societária deve ser tutelada e protegida, para que se tornem idênticos os interesses a superar: falta de sensibilidade das elites, a incapacidade das massas e a atuação do inimigo externo.” (OLIVEIRA, 1987, p.67)

p.264), os militares passaram a buscar primeiros diagnósticos e projetos computacionais autóctones, como o grupo de trabalho (GTE-111) formado pela Marinha e BNDE para definir a fabricação de um computador nacional em 1971.

Por sua vez, o SNI, como uma “fonte bastante profissional de informações” (FICO, 1995, p.74), não estava distante dessas preocupações. Concebido por Golbery do Couto e Souza em 1964 com a finalidade de “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra-informação, em particular as que interessa à segurança nacional”⁹, o SNI construiu seu interesse sobre tecnologia a partir da modernização de suas atividades em torno do problema da Segurança Nacional. Esse interesse não era público, dado o *ethos* de seus agentes baseado na “cultura do segredo” (MATHIAS, 2012), caracterizado pelo sigiloso e hermetismo de suas atividades, própria dos regimes autoritários.

A presença do General Octavio Medeiros¹⁰ no SNI não pode ser desprezada. Ele reforçou a escola como um centro permanente de pensamento e ação para além das abstrações da ESG e focá-la para problemas “concretos” na formação de quadros de agentes em seus diferentes níveis (ANTUNES, 2002). Junto a isso, por ser “eletronicamente e tecnologicamente orientado”¹¹, motivou concentrar expertises na área tecnológica (Eletrônica) e modernizar as atividades de inteligência do SNI através do uso de computadores.

A adoção de técnicas e artefatos tecnológicos pode justificar ascensão a papéis mais efetivos em políticas de Estado, como o caso do *Ministerium für Staatssicherheit (Stasi)* demonstrou ao se tornar engrenagem essencial da política de “inovação” tecnológica na Alemanha Oriental.¹² Respeitada a escala de comparação, pode-se perceber que atuação de Medeiros constituiu um projeto de poder do SNI, a fim de justificar sua existência a partir do processo de abertura “Lenta e Gradual” operada pelo governo Geisel (1974-1979), ocupando áreas consideradas de interesse nacional, assumindo o papel dirigente dos militares no

⁹ Artigo 2.º, Lei n.º 4341, de 13.06.1964.

¹⁰ O general Octavio de Aguiar Medeiros (1922-2005) foi diretor da ESNI entre 1975 e 1978 e chefe do SNI entre 1978 e 1985. É reconhecido que durante sua gestão, o SNI alcançou um poder formidável, tenham sido expostas as atividades do órgão, graças a escândalos como o atentado do Riocentro e o caso Baumgarten (D’ARAÚJO, 1995; ANTUNES, 2002; LAGOA, 1983).

¹¹ Depoimento de Joubert Brízida ao autor em 28.05.2013. Sua preocupação nasceu das experiências como adido militar em Israel, onde acompanhou a Guerra do Yom Kippur (1973) e percebeu o papel da microeletrônica como decisiva para assegurar a vitória israelense (DANTAS, 1988).

¹² Ao operar uma rede de espionagem e de contrabando, os agentes da *Stasi* garantiram aos laboratórios e indústrias do país acesso e cópia do estado-da-arte em áreas como microeletrônica e química. Da mesma forma, exercia vigilância dos agentes da inovação a fim de atingirem as metas desejadas. (AUGUSTINE, 2008; MACRAKIS, 2008)

processo.¹³ Esse recurso foi presente também no caso da Secretaria-Geral do CSN durante o governo Figueiredo (1979-1985), quando sob a condução do General Danilo Venturini, buscou-se concentrar no órgão a capacidade de subsidiar as decisões governamentais em temas estratégicos, como “Fronteiras”, “Energia Nuclear”, “Anistia”. Para o SNI, que atuaria em comum acordo com CSN, tratava-se de se colocar como um “centro de influências crucial” (DREIFUSS, 2008, p.168) para orientar políticas de Estado, uma verdadeira institucionalização do regime autoritário na estrutura estatal.



Imagem 1 – Charge sobre as ambições do CSN em controlar áreas estratégicas. Fonte: O Estado de São Paulo, 06.01.1980.

Essa pretensão levou o SNI a se envolver projetos tecnológicos considerados de interesse pelo serviço de inteligência, como RENAPE¹⁴ (VIANNA, 2014) e Prólogo¹⁵

¹³ Em um quadro geral, dois chefes do SNI se tornaram Presidentes da República e outro, Chefe da Casa Civil. Como observou Eliézer de Oliveira (1987, p.71-72), pautados sob um paradigma autoritário cujas origens estavam em Oliveira Vianna e Alberto Torres, os militares assumiram para si o papel de condutores da elite dirigente no país, comprometendo-a com a busca da autodeterminação e desenvolvimento (traçando os referidos “Objetivos Nacionais”).

¹⁴ Registro Nacional de Pessoas Naturais (RENAPE): Tratava-se da tentativa do governo em estabelecer a adoção de um único registro para cada cidadão, a partir de um projeto do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) em fins dos anos 1960. Ao enfrentar diversas resistências da comunidade técnico-científica e dificuldades técnicas, o RENAPE não se viabilizou.

¹⁵ Tratava-se do projeto de sistema criptográfico desenvolvido em 1977 e 1979 entre o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e SNI para resolver a questão das comunicações entre as embaixadas brasileiras. O problema nasceu da constatação da fragilidade do sistema existente, incapaz de garantir o sigilo necessário para o “Pragmatismo Responsável” conduzido pelo Itamaraty (SATO, 1998), na tentativa de obter alternativas políticas, comerciais e tecnológicas frente ao domínio norte-americano. Segundo Vera Dantas, o projeto bem sucedido firmou convicções do SNI sobre competências técnicas e o problema da autonomia tecnológica (já que necessitavam obter componentes importados).

(DANTAS, 1988). A possibilidade de ter acesso a uma grande base de dados unificada dos cidadãos do país e controle tecnológico sobre o processo criptográfico de informações sigilosas das embaixadas brasileiras e demais órgãos governamentais, eram poderes formidáveis para um órgão de segurança. Mas mais do que isso, eram experiências que firmavam as convicções do SNI, em nome da Segurança Nacional, suportar o projeto desenvolvimentista autoritário alertando de que as tecnologias computacionais no país não poderiam permanecer apenas sob a ingerência de uma burocracia “instável” repleta de “guerrilheiros”.

II

A oportunidade se deu a partir de um contexto político favorável, a transição do governo Geisel para o Figueiredo a partir de fins de 1978, com Octavio Medeiros assumindo a chefia do SNI. Para Joubert Brízida, à época, coronel assessor de Medeiros, foi uma “chance fantástica” para comprovar se “o caminho escolhido pela CAPRE era exequível, factível, conveniente.”¹⁶ A partir daí, o SNI liderou duas grandes ações tecnopolíticas através de dois expedientes investigativos entre 1978 e 1979:

Exp. Investigativo	Período	Participantes	Objetivo
Comissão Cotrim (Convênio firmado em 22.12.1978)	22.12.1978 – março/abril 1979	SNI CNPq Itamaraty	“promover o levantamento, o mais abrangente possível, da situação da Informática no Brasil e de apresentar recomendações sobre as medidas que deverão ser tomadas pelo Governo, a fim de permitir a formulação de uma política de informática e a criação dos instrumentos adequados à sua implementação e o controle de sua execução.” ¹⁷
GTE/I Decreto n.º 83.444, de 10.05.1979	17.05.1979 – 14.09.1979	SNI CSN Itamaraty SEPLAN Estado Maior das Forças Armadas (EMFA)	“(…) vistas à reestruturação dos órgãos envolvidos e à formulação de uma política global para o setor, capaz de assegurar ao País o domínio dos segmentos básicos da tecnologia de Informática, de importância vital para a segurança nacional e para o nosso desenvolvimento social e econômico.” ¹⁸

Tabela 1 – Comissão Cotrim e GTE/I.

Essas investigações, funcionando através de grupos técnicos de trabalho conduzidos pelos agentes do SNI, usaram vários procedimentos: entrevistas e mesas-redondas com

¹⁶ Depoimento de Joubert Brízida ao autor em 28.05.2013.

¹⁷ Relatório da Comissão Cotrim em abril de 1979.

¹⁸ Exposição de motivos do ministro da SEPLAN Mário Henrique Simonsen ao Presidente da República em 24.04.1979. DataNews, 16.05.1979.

especialistas do campo da Informática e áreas afins, incorporação de estudos técnicos, reportagens, visitas a indústrias, órgãos governamentais e universidades do país, distribuição de questionários, participação de seminários, além do material produzido pelo próprio SNI suas atividades fins. Os expedientes investigativos produziram um expressivo material contemplando desde o levantamento de matérias-primas disponíveis no país para produção de componentes microeletrônicos, passando pela situação da indústria computacional até alcançar os espaços de pesquisa e seus projetos em Informática no país.

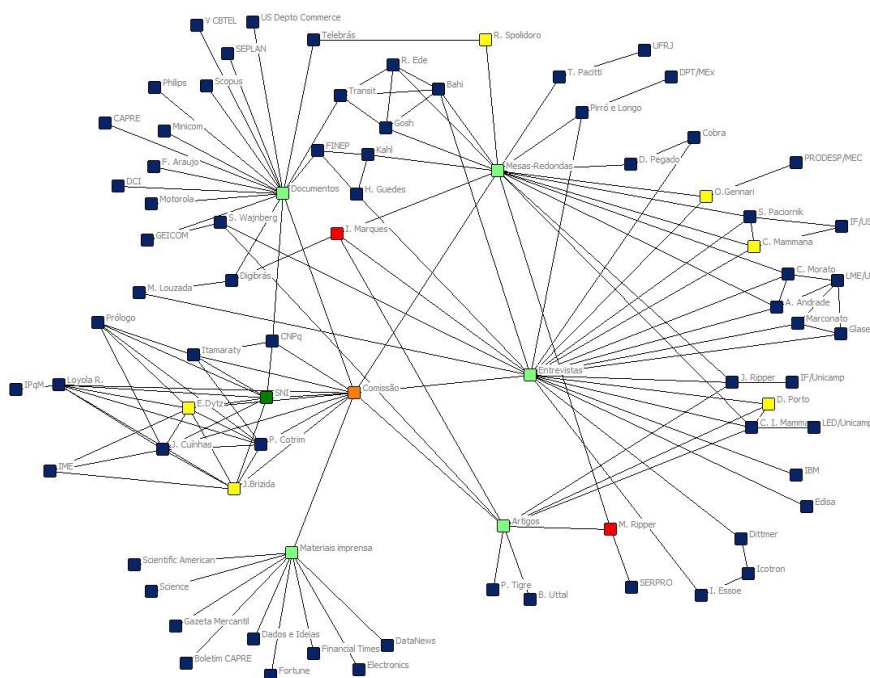


Imagem 2 – Rede constituída pela Comissão Cotrim que pautou ações tecnopolíticas.

Tomando a Comissão Cotrim como exemplo, a rede acima demonstra a capacidade do SNI em mobilizar agentes¹⁹, instituições e informações para produzir diagnósticos tecnopolíticos que acabaram por deslegitimar o papel da CAPRE na condução da PNI. O GTE/I apenas aprofundou esse processo, mobilizando uma rede maior, dado o número de agentes, instituições e informações envolvidas. Uma amostra das conclusões apuradas a partir dessa rede:

¹⁹ Em amarelo, os agentes que integrariam o futuro órgão gestor da PNI, a SEI. Em vermelho, os que seriam considerados “inimigos”, mas que por sua expertise, foram consultados – Ivan da Costa Marques e Mário Dias Ripper.

Relatórios Comissão Cotrim	Algumas conclusões
Tecnologia da Informação (principal parte do relatório) Autores: Paulo Augusto Cotrim Rodrigues Pereira (Itamaraty), Joubert de Oliveira Brízida (SNI), Antônio José Leitão Vieira de Moraes (CNPq)	Falta “poder político” para a CAPRE se colocar acima de interesses específicos; Presença de “caixas pretas” tecnológicas as quais os técnicos nacionais têm dificuldades em desvendar e reproduzir; Fracasso nas formas de obtenção de tecnologia, sem incentivo das tecnologias autóctones; “O empenho do País para tecnologia utilizando-se principalmente do sistema de transferência, não vem oferecendo as condições desejáveis para o desenvolvimento autóctone do Brasil neste setor”; Desaconselham subordinar o órgão regulador da Informática a um ministério, “dada dispersão de esforços, a tomada frequente de decisões conflitantes ou incompatíveis entre si e a morosidade de se chegar a conclusões da mais alta importância no âmbito dos órgãos colegiados”; Necessidade de criar um “órgão nacional” para formular e coordenar a política na área.
Setor de processamento de dados Autor: Antônio Carlos de Loyola Reis (SNI)	Não houve “consciência de que não se conseguiria independência tecnológica no setor sem que houvesse também o domínio da tecnologia de componentes e insumos”; Índice de nacionalização não garante o “emprego de componentes realmente fabricados no Brasil”; Provável inviabilização de parte das empresas nacionais de minicomputadores; Deve se manter a divisão entre minicomputadores e médios para empresas nacionais e grandes, para multinacionais; Vetar a joint-venture entre Serpro/Fujitsu/Digibrás para médios computadores; O controle de importação exercido pela CAPRE não é suficiente para “vencer as pressões das multinacionais”;
A indústria brasileira de semicondutores Autores: Joubert de Oliveira Brízida (SNI), José Luiz Cuínhas da Cunha (SNI)	“Elaborar e divulgar uma lista preferencial de componentes e insumos” para viabilizar “a escala econômica de sua produção por empresas nacionais”; Fomentar laboratórios para desenvolver “tecnologias industriais e produção de insumos”; Necessidade de uma política global para o setor de componentes eletrônicos.
A pesquisa em semicondutores no Brasil Autor: Edison Dytz (SNI)	“A falta de uma política para a pesquisa e o desenvolvimento no país, juntamente com a falta de uma coordenação e acompanhamento dos diversos organismos de trabalho, está conduzindo à alienação os nossos engenheiros e técnicos da área de projetos”.

Tabela 2 – Principais conclusões a partir dos relatórios elaborados pela Comissão Cotrim. Fonte: Relatório Comissão Cotrim abril 1979.

Entre os recursos usados pelo SNI a fim de ocupar do campo da Informática nacional através destes expedientes investigativos, podemos destacar:

Expertise: O SNI não era alheio às transformações tecnológicas e detinha seus especialistas habilitados para a questão. Os que participaram do processo de intervenção (como os coronéis Joubert Brízida, Edison Dytz²⁰, Loyola Reis) eram formados em Eletrônica, *expertise* que era excedente nas Forças Armadas²¹ e a qual o SNI soube capturar

²⁰ Edison Dytz foi o responsável técnico pelo Projeto Prólogo. Em sua formação no IME, teve a oportunidade de participar de um grupo que desenvolveu um computador analógico sob a liderança de Helmuth Schreyer, alemão radicado no país e um dos pioneiros da computação no mundo. Depoimento de Edison Dytz ao autor em 07.03.2013.

²¹ Como observou Suzeley Mathias (2004), havia uma especialização militar na área de Comunicações, representável pela ascensão de militares no Ministério das Comunicações, Embratel, Telebrás e outras estatais relacionadas.

nos anos 1970. Em seus trabalhos, é perceptível perceber o compasso com a literatura técnica e sociológica da área. Isso permitiu contraporem informações dos membros “convidados”, explorarem visitas técnicas, analisarem informações e elaborarem relatórios com maior autonomia, reforçando a própria “cultura do segredo” do SNI. Isso também pareceu contribuir para afastar posteriormente seus aliados de primeira hora, como os representantes do Itamaraty, e reforçar a convicção de sua capacidade decisória na condução da PNI.

Cooptação de aliados: Tratou-se aqui da capacidade do SNI atrair aliados a partir dos adversários da CAPRE, sendo que estes, respeitando a primazia da comunidade de informações, almejavam cargos ou facilidades (DANTAS, 1988). Dentro da burocracia estatal, com a saída de Reis Velloso da SEPLAN²², o caminho foi aberto para a tomada do espaço pelo grupo de Delfim Netto, no qual seu mais notório representante no campo, Dion Teles deixara a presidência do CNPq para assumir o Serpro em março de 1979. Rival da “guerrilha tecnológica”, que o acusava de defender interesses estrangeiros ao longo do governo Geisel, foi ele o financiador do convênio que resultou na Comissão Cotrim.

Outro rival foi o matemático Octavio Gennari Neto, presidente da Companhia Paulista de Processamento de Dados (Prodesp) e representante do Ministério da Educação (MEC) no Conselho Plenário da CAPRE. O depoente fez terra arrasada da atuação da CAPRE e dos nacionalistas envolvidos quando convocado pela Comissão Cotrim para depor:

Existem três pessoas que manobram os bastidores da política da informática, o que dá o que não dá, o que fez, o que não fez. É o secretário executivo [Ricardo Saur], é o diretor-técnico do Serpro, que é suplente do representante do MF, e membro do Conselho Consultivo da CAPRE, e membro do Conselho de Administração da Cobra [Mário Ripper], e o Ivan da Costa Marques, diretor técnico da DIGIBRÁS, que toma assento no plenário da CAPRE, convidado, não sei quem convidou até hoje, e dá palpites, e depois dá entrevistas contestando tudo o que a gente fez lá, e que ainda é membro do Conselho Consultivo da CAPRE. Este bloquinho é um, eles fazem toda a manobra, todo o estudo já vem preparado para o Conselho Plenário. (...) Caem dezenas de projetos, a gente recebe um pequeno estudo, geralmente enviesado. A gente recebe um sumário do projeto no Conselho Plenário. Tanto é, que na primeira discussão do caso da IBM houve uma série de protestos, e não votamos porque eles acharam que deviam aprovar uma parte e cortaram da apreciação do Conselho a outra parte. Antes de

²² Para Ricardo Saur faltou à época o reconhecimento do papel do ministro para a estabilidade da CAPRE – “nós não lhe demos o devido crédito”. Depoimento de Ricardo Saur ao autor em 18.04.2013.

negar, quero saber o que estou negando. Cadê o resto do projeto? Não é possível negar sem conhecer.²³

Dion Telles e Octavio Gennari tornaram-se protagonistas do campo da Informática. O primeiro, já instalado no Serpro, trabalhou para desmobilizar os espaços ocupados pelos “guerrilheiros”, incluindo a venda da revista Dados e Ideias, considerada porta-voz do grupo e sustentou, através de convênios, as atividades da SEI em seus primeiros anos. Gennari, por sua vez, foi considerado um “homem de ação”, responsável pela implantação do CPD do Senado (PRODASEN), com serviços prestados ao MEC, Presidência da República e o próprio SNI (DANTAS, 1988). Ele acabaria aceitando o convite dos militares para assumir o cargo máximo da futura SEI, tornando-se a faceta civil do processo de intervenção.

Dimensão repressiva: Foi inegável que o SNI exerceu seu poder discricionário. Entre os expedientes, uso do seu acervo de informações, escutas telefônicas (MARQUES, 2012) e vetos a opiniões²⁴ ou a indivíduos indicados para Digibrás e Cobra Computadores.²⁵ Movimentos da comunidade técnico-científica, políticos e intelectuais engajados à causa da autonomia tecnológica foram monitorados, como o “Seminário sobre Ciência, Tecnologia e Estratégia para a Independência” organizado pelo ex-ministro Severo Gomes, realizado entre 09 e 11.12.1977 na Unicamp.²⁶ A APPD/RJ, frequente crítica da ação dos militares na Informática, teve suas ações levantadas desde sua fundação (1977), um expediente que se manteve nos primeiros da SEI nos anos 1980.²⁷ Havia uma clara preocupação em neutralizar “subversivos” que gravitavam em torno e na CAPRE, mesmo que aderentes à causa nacionalista da autonomia tecnológica.

Sobre a CAPRE, como suas decisões eram públicas e elas influenciavam a nascente indústria de computadores, queixas daqueles que se sentiam prejudicados eventualmente

²³ Depoimento de Octávio Gennari Netto para Comissão Cotrim em 05.01.1979, p.160.

²⁴ Depoimento de Jorge Monteiro (representante do EMFA no Conselho Plenário da CAPRE) ao autor em 27.05.2013.

²⁵ DataNews 18.04.1979 e 15.08.1979.

²⁶ O evento contou com numerosos intelectuais, como Paul Singer, Otavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Oscar Sala, Jorge Sabato e Luiz Carlos Bresser-Pereira. Para o SNI, tratava-se de um “ato político preparatório para a formação de um partido nacionalista.” Informação n.º 385/310/77/ASP/SNI, de 17.12.1977. Acervo SNI. Arquivo Nacional.

²⁷ Entre os exemplos, estão: Informações sobre eleição e publicação da APPD. Informação n.º 0634 de 21.12.1977. Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica; Questionamentos da APPD sobre a SEI. Informação n.º 798/79/OSI/MF de 27.11.1979; Levantamento de informações sobre integrantes da APPD. Informação n.º 110/116/ARJ/SO de 10.07.1980. Acervo SNI. Arquivo Nacional.

chegavam ao SNI. Um exemplo foi o sócio da ICC-Coencisa, Gilberto Job, que acusou o secretário-executivo da CAPRE de prejudicar sua empresa de *modems* vetando a importação de componentes, apenas para beneficiar a empresa de um amigo do BNDE.²⁸ Outro crítico era o engenheiro J. C. Melo e suas extensas acusações sobre a intervenção estatal como inviabilizador de seus projetos computacionais.²⁹ Independente do mérito, as denúncias ajudaram a alimentar a desconfiança do SNI sobre a CAPRE.

“*Cooptação*” de aliados da CAPRE: A partir do mapeamento do campo da Informática, os agentes do SNI e seus aliados souberam colher as divergências da aliança nacionalista (TAPIA, 1995). Uma delas estava sobre os rumos a serem seguidos pela CAPRE a partir da concorrência de minicomputadores de 1977, que havia definido a escolha de três empresas nacionais para produzir computadores no país (EDISA, Labo, SID) a partir da aquisição de pacotes tecnológicos estrangeiros.

Para alguns, foi uma opção válida, dada as circunstâncias (pressões da IBM, inserção internacional da economia brasileira), as empresas nacionais começavam a gerar tecnologia própria³⁰; porém, para outra parcela da comunidade técnico-científica era necessário valorizar projetos desenvolvidos nas universidades, ofuscados pela opção da CAPRE. A decisão desse órgão em apoiar a elaboração de uma *joint-venture* entre Serpro, Digibrás e Fujitsu para produção de computadores de médio porte³¹, contribuiu para levantar objeção dos envolvidos com projetos similares da USP e UFRJ.

Coube ao SNI, após levantar os esforços acadêmicos de todo o país, acenar sua preocupação sobre a questão para se aproximar de parcela da comunidade técnico-científica. Ainda que não houvesse identificação ideológica deles com o SNI, houve convergência de um grupo de cientistas paulistas (USP, Unicamp) graças à causa comum da autonomia tecnológica e pelo reconhecimento de suas *expertises* no campo computacional.³² Alguns

²⁸ “Irregularidades na condução da política de produção de componentes para sistema de computação eletrônica – CAPRE”. ACE 112475/78, 10.03.1978. Acervo SNI. Arquivo Nacional.

²⁹ Os casos de J.C. Melo e Gilberto Job são analisados em minha pesquisa de doutorado em curso.

³⁰ Entre os defensores, estavam membros da APPD/RJ, como Marília Milan. DataNews, 16.05.1979.

³¹ Jornal do Brasil, 13.02.1979.

³² Um exemplo estava no Laboratório de Sistemas Digitais (LSD) da USP, que havia construído em 1972, o primeiro computador nacional com circuitos integrados, apelidado de “Patinho Feio”. Isso habilitou o LSD a participar do projeto do GTE-111 para produção do minicomputador G-10 (USP, 2011). Outros espaços de *expertise*, como o Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ e a Cobra Computadores, foram desprezados, provavelmente por serem considerados “ideologizados” demais e próximos da CAPRE.

deles, após convocados a depor nos expedientes investigatórios³³, foram atraídos pela possibilidade de viabilizar seus projetos através de um novo poder.³⁴ Passado pelo filtro ideológico, oportunamente ocupariam cargos na SEI e/ou gravitariam no Centro Tecnológico para Informática (CTI), criado em 1982 pela SEI para ser um polo tecnológico da área, dando vazão a suas ideias.³⁵

III

Esses recursos foram potencializados graças à “cultura do segredo”. Especialistas, empresários, tecnocratas foram convocados para prestar depoimentos ou participar de mesas-redondas, em condições um tanto desfavoráveis (DANTAS, 1988):

Antes de iniciadas as perguntas, o coordenador do encontro, embaixador Paulo Cotrim, fez uma breve exposição em que deixava claro que, pelo caráter de sigilo dos trabalhos do grupo, a comissão não iria se expressar, limitando-se a ouvir os convidados. Os depoimentos foram gravados para uso do GT, mas não foi permitido que os participantes o gravassem também, apesar do argumento do presidente da APPD/RJ, Ezequiel Pinto Dias, de que gravar o seu próprio depoimento (...) constituía uma questão de lealdade para com os sócios da APPD (...)³⁶

Era um contraponto ao ambiente proporcionado pela CAPRE, duramente fustigada nos diagnósticos elaborados pela Comissão Cotrim. Em suas conclusões, a Comissão entendeu que o modelo adotado pela CAPRE, ao permitir a aquisição de pacotes tecnológicos por empresas nacionais para posterior desenvolvimento autóctone, era “liberal demais (...) desestimula a pesquisa e os investimento de industriais brasileiros, ‘que são esmagados pelo

³³ Pareceu que Joubert Brízida, como representante do SNI, soube melhor articular-se com os membros da comunidade técnico-científica, a ponto de impressionar alguns deles: “Você foi a pessoa que fez o maior *marketing* do SNI que alguém poderia fazer!” diria sobre o representante do SNI o físico José Ellis Ripper Filho, um dos pioneiros da computação no país e desenvolvedor da tecnologia de fibras ópticas no país, atuante à época no Centro de Pesquisas da Telebrás (DANTAS, 1988, p.112).

³⁴ De fato, o poder do SNI era um fator de desequilíbrio no campo da Informática, percebido rapidamente pelos demais agentes não só por sua dimensão repressiva.

³⁵ Um exemplo é José Rubens Dória Porto, ligado ao Instituto de Física da USP e um dos projetistas do PADE, computador de médio porte desenvolvido pela universidade. Dória Porto foi convidado a exercer a coordenação de Microinformática em 1980 na SEI, a direção do CTI em 1982 e, já no governo Sarney, ocuparia o cargo máximo da SEI entre 1985 e 1986.

³⁶ DataNews, 05.09.1979. Grifos nossos.

poder das multinacionais.”³⁷ Isso suscitou fortes críticas dos agentes envolvidos até então em um debate público sobre a PNI. Seminários, como SECOMU e SEMISH, e a Imprensa foram espaços agora para resistir às ações do SNI.

A “cultura do segredo” contribuiu para desorientar os agentes do campo da Informática, ainda que resistências fizessem o SNI recuar ao ponto de ter que elaborar outro expediente investigativo (o GTE/I), com a participação do EMFA (rival do SNI) e de representantes dos “guerrilheiros”.³⁸ Mas a percepção geral não mudou: manteve-se a observação sobre a “fragilidade” da CAPRE, não só apontando os limites políticos da CAPRE para controlar a PNI – como a própria ausência de políticas para microeletrônica ou software –, mas a suscetibilidade do órgão às pressões dos grupos atuantes no campo da Informática³⁹, não só por empresas transnacionais, adversários de uma PNI nacionalista, mas de outros grupos de pressão – incluindo aí os opositores à intervenção do SNI que se manifestavam na Imprensa.

IV

Os diagnósticos traçados pelo SNI e seus apoiadores apontaram a necessidade de elaborar um órgão centralizador da PNI:

É pois, da maior relevância possua-se o domínio das tecnologias relacionadas com os computadores, os componentes eletrônicos, com a fabricação de equipamentos de processamento de dados e de comunicação e, acima de tudo, que haja uma política brasileira no setor, definida segundo os altos interesses nacionais e com respaldo de hierarquia indispensável à sua incontestável implementação.⁴⁰

Inicialmente, tal órgão seria subordinado ao SNI, com membros indicados por ele, o Gabinete Militar e o Itamaraty.⁴¹ Ao longo dos trabalhos do GTE/I, os integrantes do SNI e CSN foram optando por transformá-lo em um órgão complementar do CSN, vinculado

³⁷ Declaração de Paulo Cotrim ao Jornal do Brasil, 18.04.1979.

³⁸ Ricardo Saur, secretário-executivo da CAPRE e Moacyr Fioravante, presidente da Digibrás, ambos representantes da SEPLAN. Moacyr Fioravante relevou seu desagrado com as decisões, ao ponto de não concordar com as conclusões do relatório e pleitear seu voto em separado. O coronel coordenador do GTE/I deixou claro: “Aqui não existe voto!”. Depoimento de Moacyr Fioravante ao autor 28.04.2014.

³⁹ GTE/I – Subgrupo “B” - Relatório Setorial 2.^a parte. p.163-187.

⁴⁰ Minuta de projeto de lei para criação da “Comissão de Informática”. Relatório Comissão Cotrim, março/abril de 1979.

⁴¹ Projetos de lei para criação da Comissão de Informática. Relatório Comissão Cotrim, março/abril de 1979.

diretamente à Presidência da República, aparentemente pela estrutura já mobilizada pelo general Danilo Venturini. A criação da SEI em 08.10.1979 concretizou essa posição, com representantes do SNI contemplados em posições de poder no novo órgão⁴², e os demais, distribuídos entre indivíduos ligados a seus apoiadores. A criação da SEI levou a extinção da CAPRE, sendo convidado um pequeno número de funcionários para funcionar no novo órgão, obviamente destituídos de qualquer poder de comando.⁴³ Em fevereiro de 1980, concluiu-se o processo de intervenção, materializando o deslocamento do eixo do poder decisório da Informática nacional para Brasília, retirando o protagonismo dos agentes nucleados no Rio de Janeiro, em especial, os “guerrilheiros” e seus apoiadores.⁴⁴

A concepção da SEI exigiu definir um órgão que se colocava acima dos conflitos interburocráticos e das pressões dos agentes do campo. Naturalmente essa pressão surgiria dada sua tarefa de fiscalizar, assessorar e executar a PNI através de um grande número de atribuições, desde o “fomento e proteção” às empresas de software, serviços, equipamentos e sistemas até “a capacitação nacional na produção de componentes eletrônicos, eletromecânicos e de insumos básicos para esses componentes”, exercendo uma reserva de mercado através do controle de importações.⁴⁵ A saída foi produzir um insulamento do órgão, controlando os espaços de participação dos demais agentes do campo da Informática sobre os rumos da PNI.

Estes espaços concedidos eram assentos nas comissões especiais e no Conselho de Informática,⁴⁶ enquanto a condução da PNI pela SEI se daria através de atos normativos. Isso fez com que o envolvimento da comunidade técnica-científica, empresários e outros interessados se desse mais pelas “expectativas” de que fossem fortalecidas a PNI controlada

⁴² Respectivamente Joubert Brízida (Secretário-Executivo) e Edison Dytz (Subsecretário de Assuntos Estratégicos). Joubert Brízida se tornaria Secretário Especial de Informática entre 1982 e 1984 e, com sua saída, Edison Dytz, que permaneceria até 1985.

⁴³ Conforme observou o engenheiro Adalberto Barbosa, integrante da CAPRE que aceitou se transferir, não foi um processo pacífico, dado a inabilidade dos militares em conduzirem os convites e algumas tensões entre os funcionários da CAPRE. O secretário-executivo Ricardo Saur já havia migrado para iniciativa privada em setembro de 1979, enquanto os demais funcionários foram dispensados em fins de janeiro de 1980. Depoimento de Adalberto Barbosa ao autor em 12.12.2012.

⁴⁴ Observe-se que a Digibrás e o Serpro também haviam se transferido para Brasília, enquanto a indústria de computadores expandia-se em São Paulo e na Zona Franca de Manaus. (Revista SUCESU, junho de 1982, p.8-9).

⁴⁵ Relatório de atividades da SEI (1980 a 1990) – Política Nacional de Informática, p.9.

⁴⁶ As comissões especiais eram espaços nos quais determinados especialistas do campo eram convidados pela SEI para debater e propor ações sobre determinado tema, como Automação Bancária, Educação e Microeletrônica. Entre 1980 e 1984, foram formadas 20 comissões. Já a Comissão de Informática deveria assessorar a SEI, estudando e elaborando diretrizes para a PNI.

pela SEI, esperando ocupar esses espaços restritos para produzir alguma influência. Um exemplo estava no presidente da Sociedade Brasileira de Computação: apesar do senso de “orfandade” pela perda da CAPRE⁴⁷ e o autoritarismo do processo de intervenção, havia o mérito da SEI oficialmente buscar a “conscientização do problema da dependência tecnológica.”⁴⁸ Porém, ações e decisões contraditórias da SEI – especialmente o caso IBM 4331⁴⁹ – revelaram que, pouco mais de um ano de atividades, “muitas promessas acabaram não sendo cumpridas.”⁵⁰ Isso proporcionou espaços para que os opositores de matriz liberal, devidamente suportados pela grande Imprensa, desferissem ataques aos defensores da PNI. Para a SEI, alvo preferencial, restaria ser taxada como a “ditadura dos coronéis do SNI”⁵¹ por relegar o país ao atraso tecnológico.

Referências bibliográficas

ADLER, Emmanuel. *The Power of Ideology: the Quest for Technological Autonomy in Argentina and Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1987.

ANDRADE, Fabiana de Oliveira. A Doutrina de Segurança Nacional e sua influência sobre os cursos de formação de agentes do Serviço Nacional de Informações (1972-1978). In: *Revista Brasileira de Estudos de Defesa – VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa – Unesp/SP*, 06 a 09.08.2012. p.1-16.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaúcio A. D; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

AUGUSTINE, Dolores L. *Red Prometheus – Engineering and Dictatorship in East Germany (1945-1990)*. Cambridge: MIT Press, 2007.

BABINI, Nicolas. *La Argentina e La Computadora: Cronica de Una Frustracion*. Buenos Aires: DUNKEN, 2003.

⁴⁷ Depoimento de Cláudio Mammana ao autor em 24.04.2013.

⁴⁸ DataNews, 17.11.1979. Vale perceber que o próprio acabou se tornando assessor do Secretário-Executivo da SEI, mas logo deixaria o cargo ainda em 1980 a partir da crise dos médios computadores.

⁴⁹ A IBM apresentou dois projetos de computadores de porte médio, que foram rejeitados em maio de 1980, mas posteriormente, um dos modelos foi aprovado em agosto do mesmo ano. Tal aprovação provocou a primeira grande crise entre os agentes que apoiavam a autonomia tecnológica e a SEI.

⁵⁰ Declaração de Sérgio Rosa, membro da APPD/RJ à revista RNT, março de 1981.

⁵¹ Título da série de reportagens do jornal O Estado de São Paulo entre 26.08.1984 e 01.09.1984. O SNI não deixou passar e investigou o jornalista Alberto Tamer, descobrindo que o material fora fornecido por Roberto Campos, emitente crítico liberal da PNI. Informação 113/19/AC/84 de 12.09.1984 – Acervo SNI. Arquivo Nacional.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. 3.^a ed. Campinas: Papiрус, 2001.

DANTAS, Vera. *Guerrilha Tecnológica – A verdadeira História da Política Nacional de Informática*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

DO LSD ao PCS: Uma História de 40 anos. São Paulo: USP, 2011.

DREIFUSS, Rene; DULCI, O. S. As Forças Armadas e a política. In: ALMEIDA, Maria Tavares; SORJ, Bernardo (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-1964*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p.132-181.

ESG (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA). *Manual Básico*. Brasília: Departamento de Estudos, 1975.

EVANS, Peter B. Informática, a Metamorfose da Dependência. In: *Novos Estudos CEBRAP*. N.º 15, jul. 1986. p.14-31.

EVANS, Peter B. *Embedded autonomy: states and industrial transformation*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HECHT, Gabrielle. Technology, Politics, and National Identity in France. In: HECHT, Gabrielle; ALLEN, Michael Thad. *Technologies of Power - Essays in Honor of Thomas Parke Hughes and Agatha Chipley Hughes*. Cambridge: MIT, 2001. p.253-293.

HELENA, Silvia. A indústria de computadores: evolução das decisões governamentais. In: *Revista de Administração Pública*. v.14 n. 4. out./dez. 1980. p.73-109.

LAGÔA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LANGER, Eric. D. Generations of scientists and engineers – origins of the computer industry in Brazil. In: *Latin American Research Review*, v. 24. n.2. 1989 p. 95-111.

MACRAKIS, Kristie. *Seduced by Secrets: Inside the Stasi's Spy-Tech World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MARQUES, Ivan da Costa. O Brasil e seus ridículos tiranos: 1979/1980 tecnologia de minicomputadores e a "História do Índio". In: *Anais do II SHIALC*. CLEI XXXVIII. Medelin, 01-10.10.2012.

MATHIAS, Suzeley Kalil; ANDRADE, Fabiana de Oliveira. O Serviço de Informações e a cultura do segredo. In: *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 28, n. 48, jul.-dez. 2012. p.537-554.

_____. *A militarização da burocracia: a participação militar na administração das Comunicações e da Educação, 1963-1990*. São Paulo: Unesp, 2004.

MEDINA, Eden. *Cybernetic Revolutionaries – Technology and Politics in Allende's Chile*. Cambridge: MIT, 2014.



OLIVEIRA, Eliézer R. A Doutrina de Segurança Nacional: Pensamento Político e Projeto Estratégico. In: OLIVEIRA, Eliézer R. (Org.). *Militares, pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987. p.53-86.

SATO, Eiti. 40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro: IBRI. n.41 ano 2008. p.8-28.

TAPIA, Jorge R. B. *A Trajetória da Política de Informática Brasileira*. Campinas: Papirus, 1995.

VIANNA, Marcelo. Um novo 1984? O projeto RENAPE e as discussões tecnopolíticas no campo da Informática brasileira durante os governos militares na década de 1970. In: *Oficina do Historiador*. Suplemento especial. I EPHIS, 27 a 29.05.2014. p.1448-1471.